

SEGURANÇA PÚBLICA NO MEIO RURAL: AVALIAÇÃO DOS CRIMES PATRIMONIAIS E DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NO ESTADO DO PARANÁ (2022–2024)

*Gustavo Soltys Fontana*¹

*Íncare Correa de Jesus*²

RESUMO: A agricultura paranaense, responsável por significativa parcela do PIB estadual e nacional, torna as áreas rurais um espaço estratégico para a economia, mas também vulnerável à criminalidade. Entre os principais desafios enfrentados pelos produtores destacam-se os crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos, que afetam diretamente a segurança da população desses locais e a continuidade das atividades produtivas. Nesse contexto, a Polícia Militar do Paraná reformulou, em 2021, o programa Patrulha Rural Comunitária 4.0, posteriormente aprimorado pela Diretriz nº 002/2024, com o objetivo de fortalecer o policiamento comunitário e preventivo no campo, por meio da criação de redes de proteção e acompanhamento de indicadores criminais. O presente artigo tem como finalidade analisar quais são os principais delitos contra esse tipo de bens na área rural do referido programa entre os anos de 2022 e 2024, a partir de uma pesquisa de abordagem quantitativa e análise documental de registros oficiais. Os resultados indicam que o fortalecimento da proximidade entre polícia e comunidade, aliado ao uso de tecnologias como georreferenciamento e cadastro de propriedades, contribui significativamente para a redução de delitos patrimoniais e para o aumento da sensação de segurança no setor agropecuário paranaense.

Palavras-chave: patrimônio; área rural; patrulha rural; policiamento comunitário; segurança pública.

PUBLIC SAFETY IN RURAL AREAS: ASSESSMENT OF PROPERTY CRIMES AND COMMUNITY POLICING IN PARANÁ STATE (2022–2024)

ABSTRACT: Paraná's agriculture plays a strategic role in the national economy, accounting for a significant share of the state's GDP and standing out in soybean, corn, and meat production. However, the economic relevance of rural areas also makes them targets of property crimes, such as theft, robbery, and fencing, which threaten both safety and agricultural continuity. In this context, the Paraná Military Police reformulated, in 2021, the Community Rural Patrol 4.0 program, later improved by Directive No. 002/2024, with the aim of strengthening community and preventive policing in the countryside, through the creation of protection networks and monitoring of criminal indicators. A quantitative approach was applied, with documentary analysis of crime records and program reports from 2022 to 2024. Findings show that the philosophy of community policing, adapted to rural contexts, strengthens bonds between police and residents, enhances security perception, and contributes to the reduction of property crimes. Results reinforce the need for integrated public policies, grounded in prevention, community engagement, and the use of technologies such as georeferencing and property registration.

Keywords: property; rural area; rural patrol; community policing; public security.

Recebido em 16 de setembro de 2025

Aprovado em 08 dezembro de 2025

1 Introdução

O Paraná se destaca como um dos principais polos do agronegócio brasileiro, responsável por parcela significativa da produção de grãos e carnes que abastecem tanto o mercado interno quanto o externo. De acordo com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB, 2024), o agronegócio no ano de 2023 teve um valor de R\$ 197,8 bilhões, o que equivale a um faturamento bruto estadual de 46,6%. Essa expressiva produção, entretanto, carrega consigo vulnerabilidades relacionadas à segurança pública, uma vez que a concentração de riqueza em áreas rurais, distanciamento geográfico e falta de assistência de certos produtores, atraem práticas criminosas, sobretudo delitos patrimoniais.

Para Oliveira e Medina (2022), os crimes dessa espécie em zonas rurais representam uma ameaça direta ao desenvolvimento do meio rural, uma vez que a subtração de bens essenciais compromete não apenas os meios de vida dos produtores, mas também as condições necessárias para a manutenção da produção agropecuária. Tais delitos impactam a segurança econômica das propriedades, geram insegurança nas comunidades e podem desestimular investimentos e a continuidade das atividades produtivas no campo.

Nesse cenário, a atuação da Polícia Militar do Paraná assume papel fundamental na formulação de estratégias de prevenção e combate à criminalidade no território rural. Em resposta às demandas crescentes, foi instituída, em 2021, a Patrulha Rural Comunitária 4.0, posteriormente aperfeiçoada pela Diretriz nº 002/2024, que instituiu a política de enfrentamento à criminalidade nessas áreas por meio de consolidação de redes de proteção, elementos de policiamento comunitário, ações de policiamento de proximidade e uso de tecnologias como o georreferenciamento de propriedades, uso de drones e internet modal (PMPR, 2021; 2024). A atuação da Polícia Militar do Paraná desdobra-se em seis Comandos Regionais de Polícia Militar (CRPMs),

responsáveis pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública no âmbito de suas respectivas circunscrições territoriais. As equipes da Patrulha Rural Comunitária atuam no 2º CRPM (Londrina e região metropolitana), 3º CRPM (Maringá e região metropolitana), 4º CRPM (Ponta Grossa e região metropolitana), 5º CRPM (Cascavel e região metropolitana) e 6º CRPM (região metropolitana de Curitiba). Somente no 1º CRPM (responsável exclusivamente pelo policiamento de Curitiba) não há equipes da Patrulha Rural Comunitária 4.0 na capital dos paranaenses.

Diante da relevância econômica e social do campo paranaense, torna-se necessário avaliar se o novo modelo de patrulhamento rural tem alcançado seus objetivos. Assim, o presente artigo analisa quais foram os delitos contra o patrimônio predominantes na área de responsabilidade de cada comando regional da Polícia Militar do Paraná entre os anos de 2022 e 2024, a fim de mapear as demandas regionais relacionadas à proteção rural na agropecuária paranaense, bem como verificar a efetividade da Patrulha Rural Comunitária 4.0 na redução desse tipo de crime nessas áreas.

2 Desenvolvimento

2.1 A Segurança Pública como desafio no meio Rural

Para compreender a relevância desta pesquisa, é necessário contextualizar o papel do agronegócio na economia paranaense. Segundo Gonçalves Jr. *et al.* (2021), a participação do agronegócio no PIB total do Paraná, entre 2011 e 2015, foi aproximadamente 1,6 vez maior do que a participação do agronegócio no PIB do restante do país. Resultado impulsionado pelos segmentos de insumos agropecuários, produção agropecuária, agroindústria e serviços agrícolas.

Em 2023, a agropecuária foi responsável por 70% das exportações do Estado, totalizando US\$ 25,2 bilhões, dos quais US\$ 17,6 bilhões referem-se diretamente à produção agropecuária (SEAB, 2024).

O Paraná ocupa posição de destaque nos produtos agropecuária e agroindustriais (Gonçalves Jr. *et al.*, 2021).

O agronegócio paranaense consolidou-se, portanto, como um dos pilares da economia estadual. Entre 2012 e 2017, sua participação no PIB manteve-se acima de 30%, alcançando 33,8% em 2017 (Oliveira; Kureski; Santos, 2023). Esse desempenho é atribuído a fatores como o avanço tecnológico, a expansão da infraestrutura logística e o aumento das exportações.

A mecanização agrícola, o desenvolvimento de cultivos mais produtivos e o uso eficiente de fertilizantes e defensivos contribuíram para elevar a produtividade e reduzir perdas no campo (IBGE, 2020). No Paraná, o uso de maquinários modernos tem permitido maior precisão no plantio e na colheita, enquanto o aprimoramento genético dos cultivos resultou em variedades mais resistentes a pragas e condições climáticas adversas, ampliando o valor econômico produzido.

A mecanização intensiva e o uso de equipamentos de alto valor aumentam a atratividade das propriedades para criminosos. Por conta dessas riquezas nas áreas rurais, juntamente com o isolamento geográfico e longe do atendimento de imediato emergencial, gera-se um cenário de vulnerabilidade para delitos de crimes contra o patrimônio (Passos; Kovalski, 2024). Além disso, a carência de um modelo comunitário e constante faz com que os moradores se sintam desassistidos, reforçando a necessidade de estratégias modernas de patrulhamento rural que garantam a proteção dos bens agrícolas e a continuidade das atividades produtivas no Estado.

2.2 Vulnerabilidade Rural

De acordo com Gazolla; Aquino; Simonetti, (2017) a segurança pública nas áreas rurais do Paraná enfrenta diversos desafios relacionados a fatores estruturais e socioeconômicos. Muitos agricultores utilizam de subsistência e não possuem um elevado grau de instrução. Tais condições contribuem para a

precarização da vulnerabilidade social dos moradores do campo (Vicente; Silva; Soares, 2023).

Diante desse cenário, a vulnerabilidade social está diretamente ligada à menor presença do Estado, à dificuldade de acesso a serviços públicos essenciais e à dependência direta da atividade agropecuária para a subsistência. Estima-se que quase 30% dos estabelecimentos agropecuários do Paraná pertençam a pequenos agricultores, que não apenas trabalham, mas também residem em suas propriedades, lugares em que se encontram armazenados seus bens pessoais e produtivos, o que amplia os riscos de vitimização por crimes patrimoniais (Gazolla; Aquino; Simonetti, 2017). Segundo Mello (2018), em um âmbito nacional, agricultores que vivem na pobreza são desassistidos e permanecem em situação de vulnerabilidade, comprometendo, assim, a qualidade de vida, pois possuem formas de arrecadação monetária inferiores às dos meios urbanos.

Outro fator que intensifica essa problemática é a limitação das forças de segurança para cobrir extensas áreas rurais, somada às dificuldades de comunicação em regiões remotas (Vicente; Silva; Soares, 2023). Esses aspectos tornam propriedades alvos mais fáceis para delitos como furtos de gado, roubo de bens agrícolas e invasões de terra. A ausência de um policiamento orientado especificamente para as áreas de agropecuária fragiliza o vínculo entre Estado e comunidade, dificultando a criação de estratégias preventivas. Nesse sentido, o estabelecimento de redes de proteção comunitária, em cooperação com a Polícia Militar, mostra-se fundamental para o combate a essa modalidade criminosa (Nalin, 2022).

O uso intensivo de tecnologias modernas na agricultura também gera desigualdades, pois pequenos produtores, muitas vezes sem acesso a tais recursos, ficam mais dependentes de programas de assistência governamental e ainda mais vulneráveis à marginalização (Mello, 2018). Essa exclusão, somada à insegurança, agrava a sensação de abandono vivida por parte da população rural.

De acordo com Nalin (2022), a vulnerabilidade social no campo reflete diretamente na qualidade de vida, uma vez que os produtores rurais enfrentam tanto insegurança pessoal quanto patrimonial. O autor defende que o combate a esse problema requer ações integradas entre governo, sociedade civil e forças de segurança, como o fortalecimento do policiamento comunitário, investimentos em tecnologia para a gestão da ordem pública e programas sociais voltados a jovens em situação de risco. No caso do Paraná, a expansão da Patrulha Rural Comunitária e a promoção de redes de vigilância comunitária configuram medidas estratégicas para reduzir a criminalidade e reforçar a proteção no território rural.

2.3 Criminalidade no Ambiente Rural

Os crimes contra o patrimônio constituem a principal ameaça à segurança das comunidades rurais, englobando condutas como furto, roubo, dano, extorsão, apropriação indébita e receptação. Segundo Oliveira e Medina (2022), os delitos dessa espécie são os que mais afetam a população do campo, gerando impactos econômicos e sociais significativos. Esses impactos transcendem a perda material imediata, pois abalam a sensação de segurança e a estabilidade financeira dos produtores.

Estudo de Botelho *et al.* (2024), realizado em Toledo-PR, apontou o furto como a ocorrência criminosa mais frequente no meio rural entre 2018 e 2022, sendo praticado majoritariamente durante o período noturno e nos fins de semana. Essa prevalência está diretamente associada a fatores de oportunidades, características desse ambiente, como a extensa área territorial, a baixa densidade populacional e a maior dificuldade de vigilância nessas localidades.

De acordo com Oliveira e Medina (2022), além das perdas materiais, como tratores e insumos agrícolas de alto valor, os furtos comprometem a continuidade da produção e geram insegurança nos produtores, levando alguns a abandonar estas localidades em busca de maior proteção nas cidades.

Esse fenômeno contribui para o êxodo rural acelerado e fragiliza ainda mais a atividade agropecuária. A interrupção da produção ocorre não apenas pela perda direta de equipamentos ou recursos, mas também pela quebra de ciclos produtivos irreversíveis como o cuidado com plantações em fase específica de crescimento ou a criação de animais, gerando prejuízos que se estendem por longos períodos. A sensação de vulnerabilidade constante desencadeia um estresse crônico entre os agricultores, minando sua resiliência emocional e econômica.

Outro aspecto relevante é a crescente sofisticação da criminalidade no campo, com o surgimento de grupos especializados em furtos de gado, equipamentos e insumos, antes restritos ao meio urbano. Pereira (2022) ressalta que a zona rural se tornou espaço de atuação de organizações criminosas estruturadas, que desafiam a atuação do Estado e superam medidas isoladas, como cadeados em porteiros ou ações individuais de proteção. Essas organizações operam com métodos avançados, incluindo divisão de tarefas especializadas (como logística, inteligência e comercialização de produtos roubados), uso de tecnologia para monitoramento de alvos e comunicação cifrada, além de possuírem capacidade de corromper agentes públicos e privados.

Apesar da gravidade, os crimes rurais recebem pouca visibilidade da mídia em comparação à criminalidade urbana, o que reduz a pressão social por soluções efetivas. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2018) alerta que a falta de informações sistematizadas sobre a criminalidade no campo compromete a formulação de políticas públicas eficazes, reforçando a necessidade de diagnósticos fiéis para subsidiar estratégias de segurança.

Nesse contexto, a ausência de patrulhamento rural contínuo, aliada à dispersão territorial, expõe os produtores a furtos, roubos, invasões e crimes ambientais. Para Pereira, (2024) é necessário programas de patrulhamento rural, com iniciativas inovadoras ao utilizar tecnologias como

rastreamento e comunicação nas propriedades rurais, como câmeras, alarmes e cadastro de propriedades para agilizar o atendimento às ocorrências. Além disso, a integração com as comunidades rurais fortalece o policiamento de proximidade e a troca de informações.

Mais do que reduzir índices criminais, tais estratégias buscam restaurar a sensação de segurança entre os moradores do campo, condição essencial para garantir a qualidade de vida, a permanência na área rural e a sustentabilidade do setor agropecuário. Assim, com as demandas da população, juntamente com esforços seriam uma forma essencial de resolver o problema (Pereira, 2024).

2.4 Modelo de Policiamento Aplicado ao Meio Rural

A criminalidade na zona rural apresenta características próprias, decorrentes do isolamento geográfico, da baixa densidade populacional e da presença de maquinários e insumos de alto valor agregado. De acordo com Silva (2025), esses fatores tornam as propriedades mais vulneráveis, especialmente devido ao grande distanciamento entre comunidades, o que exige estratégias de resposta rápida. Nesse sentido, a segurança rural precisa ser orientada por modelos preventivos, capazes de reduzir a incidência criminal e fortalecer a confiança da população na atuação do Estado.

A Lei Estadual nº 20.866/2021, que instituiu a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, estabeleceu como uma de suas diretrizes centrais a ênfase no policiamento de proximidade e na resolução de problemas locais. Essa orientação buscou transformar a relação entre polícia e comunidade, priorizando o caráter preventivo e a construção coletiva de um ambiente seguro (Paraná, 2021).

De acordo com Machado (2025), o modelo comunitário fundamenta-se na interação contínua entre os agentes de segurança e os cidadãos, o que favorece o diálogo e a identificação rápida das demandas sociais. Esse modelo opera por meio de

uma presença ostensiva e familiar dos policiais, que deixam de ser uma figura reativa e distante para se tornarem agentes integrados ao tecido social da comunidade. Essa integração permite um mapeamento preciso das necessidades locais, indo muito além da demanda por segurança tradicional, para incluir questões como infraestrutura, serviços urbanos e conflitos sociais latentes.

Nesse sentido, para Eguedis, Lima e Tordoro (2022) essa abordagem representa um avanço em relação às práticas tradicionais, por conciliar vigilância proativa e legitimada com a participação social ativa e organizada, promovendo um relacionamento mais transparente e cooperativo entre Estado e comunidade. Nesse modelo, a vigilância deixa de ser uma atividade unilateral e de controle, tornando-se uma função compartilhada, na qual os cidadãos atuam como coresponsáveis pela segurança, fornecendo informações, identificando prioridades e colaborando na busca por soluções. A segurança, portanto, deixa de ser entendida como um problema meramente criminal e passa a ser uma questão de política pública integrada, que demanda a corresponsabilidade de diversos atores.

No Paraná, esse conceito ganhou forma concreta com a criação da Patrulha Rural Comunitária 4.0, reformulada em 2021 e regulamentada pela Diretriz nº 002/2024-PM/3. O programa foi estruturado para ampliar a presença da Polícia Militar em áreas afastadas, por meio de rondas ostensivas, visitas preventivas, cadastramento digital de propriedades e utilização de sistemas de georreferenciamento para agilizar o atendimento às ocorrências (PMPR, 2024).

Pesquisas de Eich (2024), ainda, demonstraram que a Patrulha Rural Comunitária 4.0 contribuiu significativamente para a redução de crimes patrimoniais nesses locais, sobretudo por integrar de forma sinérgica estratégias presenciais e tecnológicas. O aumento da presença policial ostensiva e previsível inibiu a ação de infratores, enquanto a utilização de tecnologias de georreferenciamento, mapeamento de áreas

vulneráveis e cadastro de propriedades permitiu uma alocação inteligente de recursos e uma resposta rápida e direcionada a incidentes. Ferreira (2023) destacou que a reformulação do programa em 2021 buscou alinhar intencionalmente o policiamento ostensivo aos princípios da polícia comunitária. Esse alinhamento foi operacionalizado por meio de mudanças concretas de atividades de integração proativa.

Outro aspecto relevante é a integração com os Conselhos Comunitários de Segurança Rural (CONSEG), que fortaleceu a cooperação entre moradores e policiais, além de permitir maior direcionamento das ações preventivas. Silva (2025) observa que essa interação é especialmente importante nas áreas rurais, onde as grandes distâncias dificultam o acesso imediato a serviços policiais. Assim, a Patrulha Rural Comunitária 4.0 materializou no Paraná um modelo inovador de policiamento, que combina proximidade comunitária, inovação tecnológica e atuação ostensiva. Essa integração de estratégias consolidou-se como alternativa eficaz para reduzir os delitos patrimoniais, ampliar a percepção de segurança e garantir melhores condições de vida às populações do campo.

3 Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo baseou-se na abordagem quantitativa, escolhida por possibilitar a análise e comparação sistemática de dados, garantindo maior objetividade e precisão nos resultados. Esse método caracteriza-se pela quantificação das informações e pela análise da intensidade e frequência dos fenômenos observados. Conforme apontam Rodrigues, Oliveira e Santos (2021, p. 12), a aplicação de técnicas quantitativas é fundamental para a obtenção de resultados objetivos, especialmente quando apoiada por métodos estatísticos voltados ao tratamento rigoroso dos dados. Nesse mesmo sentido, Gil (2002) destaca que a pesquisa quantitativa através de

documentos se desenvolve de maneira significativamente diversa, contudo, a análise dos dados pode ser definida de maneira relativamente simples.

O procedimento técnico consistiu em pesquisa documental, com foco em dados registrados pela Coordenadoria da Patrulha Rural da Polícia Militar do Paraná (PMPR), em nível estadual. Essa opção metodológica proporcionou interpretação precisa das informações e possibilitou a construção de análises fundamentadas em evidências. A coleta dos dados foi realizada por meio de ofício encaminhado à Coordenadoria da Patrulha Rural, que forneceu relatórios institucionais do programa, além da consulta ao sistema *Business Intelligence* da própria PMPR, o qual contém informações detalhadas sobre os registros de boletins de ocorrências unificados da Secretaria de Segurança Pública (PMPR, BI, 2025). Foram utilizados dados referentes ao período de janeiro de 2022 a dezembro de 2024, contemplando os indicadores criminais relacionados aos delitos patrimoniais mais prevalentes no território rural paranaense, subdivididos de acordo com a competência de cada Comando Regional de Polícia Militar (do 2º CRPM ou 6º CRPM). Conforme ressalta Perovano (2014, p. 45), a pesquisa documental deve ser utilizada e valorizada, pois dela pode ser extraída uma riqueza de informações.

Os documentos examinados, provenientes das Organizações Policiais Militares (OPMs) responsáveis pela execução do programa, constituíram a base empírica do estudo por se tratarem de registros oficiais que conferem objetividade e confiabilidade às análises. Os dados foram tratados por meio de estatística descritiva, utilizando médias e percentuais, sistematizados em gráficos para facilitar a comparação entre diferentes períodos.

4. Análise

A análise dos indicadores criminais no meio rural paranaense, entre 2022 e 2024, revela que os

crimes patrimoniais são a principal ameaça à segurança, mas com variações significativas entre as regiões. Sendo estes os crimes de furto simples; furto qualificado e de coisa comum; roubo; furto e roubo de semoventes (abigeato); furto e roubo de insumos agrícolas; e furto e roubo de maquinários agrícolas, são os principais crimes nas áreas rurais do Paraná. A implementação de políticas de segurança pública, como o programa Patrulha Rural Comunitária 4.0, busca reduzir de maneira consistente estes indicadores criminais. Contudo, o comportamento de certas modalidades criminais, bem como as particularidades regionais, aponta para a necessidade da identificação de fatores que influenciam no policiamento comunitário para a redução dos indicadores criminais e possibilita o desenvolvimento de indicadores preventivos e de esforço.

Conforme a análise dos dados, o furto simples, qualificado e de coisa comum são os crimes de maior volume absoluto em todas as regiões, com 5.906 registros em 2022, caindo para 3.828 em 2024, correspondendo a uma redução de 35,18%. Esse padrão se mantém no 2º e 3º CRPM, que historicamente registram os maiores números de ocorrências. Essa região caracteriza-se pela divisa com os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, o que pode dificultar no rastreamento dos receptadores e dos objetos que são alvo das ações criminosas. Isso pode ser verificado no GRÁFICO 1.

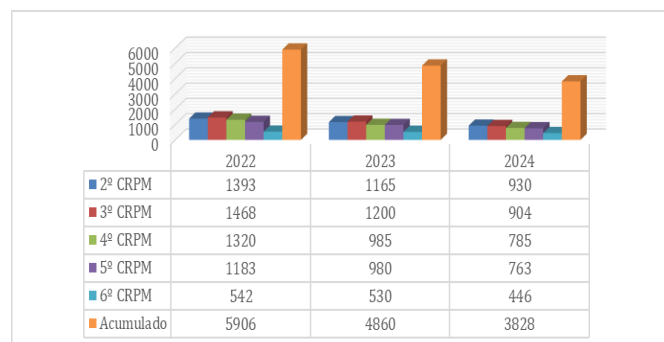


GRÁFICO 1 - FURTO SIMPLES, QUALIFICADO E DE COISA COMUM

Fonte de dados: Sistema BI (*Business Intelligence*), utilizado pela Polícia Militar do Paraná.

Nota: elaborado pelos autores (2025)

O fenômeno do roubo em áreas rurais também apresentou comportamento decrescente ao longo do período analisado, registrando redução de 34,66% no número total de ocorrências entre 2022 e 2024, ao passar de 502 para 328 casos. Destaca-se que a diminuição mais acentuada ocorreu no âmbito do 4º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM), que obteve queda de 49,16% no mesmo intervalo, evidenciando avanços significativos na mitigação desse tipo de delito (GRÁFICO 2).

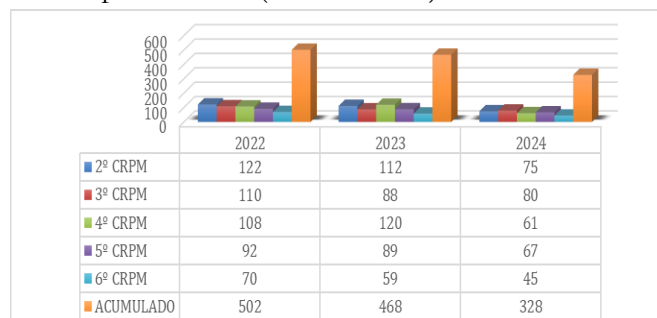


GRÁFICO 2 – ROUBO

Fonte de dados: Sistema BI (*Business Intelligence*), utilizado pela Polícia Militar do Paraná.

Nota: elaborado pelos autores (2025)

O furto e roubo de semoventes (abigeato) teve uma redução particularmente significativa de 57,76%, passando de 1.984 casos em 2022 para 838 em 2024. Essa modalidade de crime se destaca como a segunda maior ameaça patrimonial, atrás apenas dos furtos comuns, nas regiões do 2º, 3º, 4º e 5º CRPM. No entanto, a incidência de abigeato é menor no 6º CRPM, onde o furto e roubo de veículos é o segundo crime mais relevante, o que reflete o perfil mais urbano dessa região, bem como pela ausência de grandes áreas de cultivos de animais de criação e presença de parte da Mata Atlântica (GRÁFICO 3).

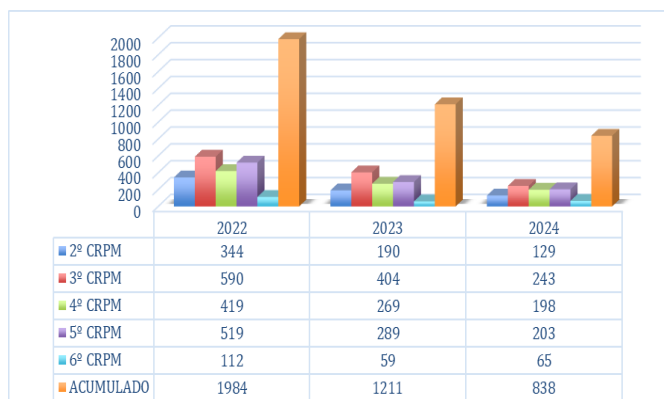


GRÁFICO 3 - FURTO E ROUBO DE SEMOVENTES (ABIGEATO)

Fonte de dados: Sistema BI (*Business Intelligence*), utilizado pela Polícia Militar do Paraná.

Nota: elaborado pelos autores (2025)

Os crimes de furto e roubo de insumos agrícolas e de maquinário apresentam comportamentos distintos ao longo do período analisado. Enquanto os delitos relacionados a insumos agrícolas registraram uma queda expressiva de 68,91%, evidenciando avanços nas estratégias de prevenção e controle, os casos de furto e roubo de maquinário mantiveram-se estáveis, com 43 ocorrências tanto em 2022 quanto em 2024 (GRÁFICOS 4 e 5). Essa estabilidade pode ser explicada pela natureza mais complexa desse tipo de crime, que geralmente envolve organizações criminosas estruturadas, logística específica e canais especializados de recepção. Além disso, deve-se ressaltar que nas regiões de divisa com outros estados (São Paulo, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina), bem como nas regiões de fronteira (Argentina e Paraguai) há a necessidade de uma atuação articulada entre as respectivas forças de segurança pública, estaduais e federais. Tais características tornam esse delito mais resistente às medidas preventivas convencionais, demandando ações integradas de inteligência policial, monitoramento tecnológico e cooperação entre órgãos de segurança e produtores rurais.

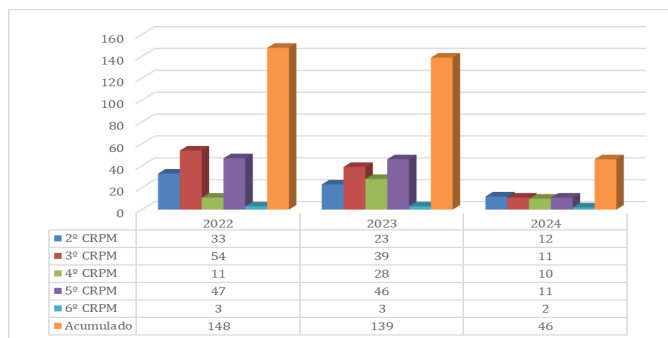


GRÁFICO 4 - FURTO E ROUBO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

Fonte de dados: Sistema BI (*Business Intelligence*), utilizado pela Polícia Militar do Paraná.

Nota: elaborado pelos autores (2025)

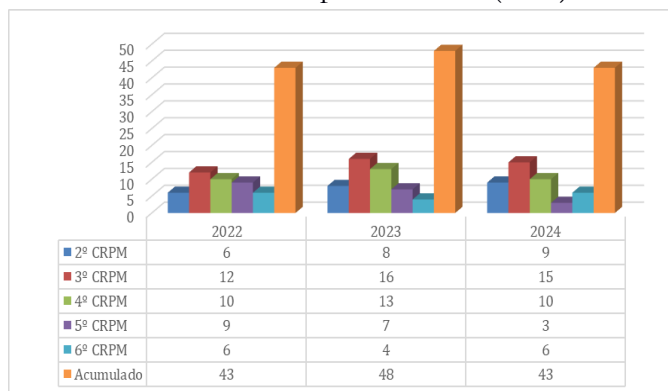


GRÁFICO 5 - FURTO/ROUBO DE MAQUINÁRIO AGRÍCOLA

Fonte de dados: Sistema BI (*Business Intelligence*), utilizado pela Polícia Militar do Paraná.

Nota: elaborado pelos autores (2025)

5. CONCLUSÃO

A avaliação dos indicadores criminais no ambiente rural do Paraná entre 2022 e 2024 demonstra que os crimes patrimoniais continuam sendo o principal problema de segurança rural, com o furto em geral sendo a modalidade mais prevalente em todas as regiões. No entanto, a análise regional revela que a segunda maior ameaça dessa natureza varia de acordo com o perfil de cada área, justificando a aplicação conjunta do Programa Patrulha Rural Comunitária 4.0 com outras modalidades e ferramentas de policiamento, como por exemplo, o policiamento orientado para o problema, policiamento em pontos críticos e policiamento baseado em evidências.

Nas regiões de tradição agropecuária, como os 2º, 3º, 4º, 5º e 6º CRPMs, o crime de abigeato é a segunda maior ameaça. Apesar da queda expressiva nos números, essa modalidade de crime ainda tem um impacto econômico significativo no setor pecuário. A redução do abigeato em todas essas regiões sugere que as estratégias do modelo comunitário têm sido particularmente eficazes contra esse tipo de crime, contudo, há a necessidade de uma atuação articulada entre as forças de segurança pública estaduais e federais, principalmente devido à atuação de organizações criminosas que ultrapassam as divisas dos estados e fronteiras com países vizinhos.

Por outro lado, no 6º CRPM, que tem um perfil mais híbrido entre rural e urbano, a segunda maior preocupação é o furto e roubo de veículos. A presença de uma malha viária mais densa e o maior fluxo de veículos tornam essa região mais suscetível a crimes automotivos. A presença de área de litoral neste comando regional, bem como área de Mata Atlântica acabam sujeitando a população rural à prevalência de outros tipos de crimes.

Referências

BOTELHO, Cláudia; ROSANA *et al.* Furtos e Roubos na Área Rural de Toledo, PR (2018-2022): uma análise da economia do crime. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 45, n. 146, p. 133-151, Curitiba, 2024. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/1330/1415>. Acesso em: 06 mar 2025.

CNA. Diagnóstico da criminalidade no campo. *Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil*. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/estudo-sobre-criminalidade-no-campo>. Acesso em: 06 set 2025.

EGUEDIS, Ricardo Fardin; LIMA, Paulo Roberto de; TORDORO, Marcos Antonio. Policiamento de proximidade, os algoritmos em prol da segurança pública. *PMPR*, 2022. Disponível em: https://www.pmpr.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/202207/2022__policiament_o_de_proximidade_os_algoritimos_em_prol_da_seguran_e_a_publica.pdf. Acesso em: 06 mar 2025.

EICH, Dalton Luiz. Patrulha rural comunitária 4.0: uma análise dos índices criminais e repressivos em comparação com as visitas e cadastros no primeiro quinquênio dos anos de 2023 e 2024. *Brazilian Journal of Development*, v.10, n.7, p. 01-14, Curitiba, 2024. DOI:10.34117/bjdv10n7-031. Acesso em: 04 fev 2025.

FERREIRA, Jean Rafael Puchetti. Reestruturação do programa patrulha rural comunitária: fortalecimento institucional e melhoria na qualidade de vida da população rural paranaense. *Brazilian Journal of Business*, v. 5, n. 3, p. 1487-1494, 14 jul. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34140/bjbv5n3-004>. Acesso em: 06 mar 2025.

Em resumo, a criminalidade patrimonial no Paraná não é uniforme e exige uma abordagem de gestão de ordem pública que se adapte às particularidades regionais. A queda de crimes como furtos, roubos e abigeato é um resultado positivo da intensificação do policiamento, mas a estabilidade do furto de maquinário agrícola aponta para desafios contínuos que demandam políticas específicas. Uma política de segurança eficaz deve continuar a focar no combate ao abigeato nas regiões mais rurais, enquanto incorpora estratégias de combate a crimes veiculares em áreas metropolitanas.

Por fim, sugere-se que novos estudos sejam realizados a fim de dar continuidade ao monitoramento e à avaliação dos indicadores definidos na política de enfrentamento à criminalidade rural, bem como que sejam utilizadas, conjuntamente, a modalidade de patrulhamento rural, outras ferramentas e modelos de policiamento — como, por exemplo, policiamento orientado para o problema, policiamento em pontos críticos e policiamento baseado em evidências —, além da realização de pesquisas de vitimização para avaliação da real dimensão da criminalidade em cada região.

GAZOLLA, Marcio; AQUINO, Joacir Rufino de; SIMONETTI, André Luiz. Análise das Condições Socioeconômicas e Vulnerabilidades Produtivas dos Agricultores Familiares Pobres do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD*, 38(133), 177–196, 5 jan 2018. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/885>. Acesso em: 06 mar 2025.

GONÇALVES JR, Carlos Alberto *et al.* A Dimensão do Agronegócio Paranaense: uma análise inter-regional de insumo-produto. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 42, n. 140, p. 89-106, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/1172>. Acesso em: 03 dez 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produção Agrícola Municipal*. Paraná, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 mar 2025.

MACHADO, Juarez Saldanha. O policiamento de proximidade como doutrina de emprego da Polícia Militar do Paraná. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar* - ISSN 2675-6218, v. 6, n. 3, p. e636272, 5 mar 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i3.6272>. Acesso em: 27 mar 2025.

MELLO, Janine. Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural. © *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA*, Rio de Janeiro, 2018. 252 p. ISBN 978-85-7811-342-1. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8826>. Acesso em: 06 mar 2025.

NALIN, Luan Carlos. Práticas De Segurança No Meio Rural: Um Estudo Exploratório No Norte do Paraná (PR). 126 p. *Tese (Defesa de Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina*. Londrina, 2022. DOI: 10.13140/RG.2.2.14524.51842. Acesso em: 06 mar 2025.

OLIVEIRA, Carlos Antonio Ferreira de; MEDINA, Gabriel da Silva. Roubos e furtos contra propriedades rurais em Cristalina/GO: análise sobre os bens subtraídos, as perdas patrimoniais e as circunstâncias dos fatos. *REBESP*, v. 15, n. 1, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29377/rebsp.v15i01.615>. Acesso em: 06 mar 2025.

OLIVEIRA, Janielly Amorin; KURESKI, Ricardo; SANTOS, Mari Aparecida dos. Evolução do PIB do Agronegócio Paranaense, 2012 a 2017: Uma Aplicação da Matriz Insumo-Produto Regional. *International Journal of Professional Business Review*, Miami, v.7, pág. 01-24, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/businessreview/2023.v8i7.3292>. Acesso em: 10 jan 2025.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Lei Estadual nº 20.866, de 9 de dezembro de 2021. *Lei nº 20.866, de 09 de dezembro de 2021, do Paraná*. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/2758304294/lei-20866-21-pr>. Acesso em: 06 mar 2025.

PARANÁ, Polícia Militar. Diretriz nº 016/2024-PM/3. Diretriz de emprego operacional da PMPR. *Estado Maior, PM-3 PMPR*, Curitiba, PR, 29 de outubro de 2024. Acesso em: 29 out 2025.

PARANÁ, Polícia Militar. Diretriz nº 002/2024-PM/3. Política de enfrentamento à criminalidade no ambiente rural. *Estado Maior, PM-3 PMPR*, Curitiba, PR, 09 de fevereiro de 2024. Acesso em: 29 out 2025.

PARANÁ, Polícia Militar. *Sistema Business Intelligence (BI)*. Acessos em 3, 4 e 5 out 2025.

PASSOS, Elysson Leonty dos; KOVALSKI, Jennifer Cristina. A patrulha rural e a segurança no estado do Paraná: importância, desafios, inovações e resultados. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 9, p. 1197-1217, 6 set 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i9.15460>. Acesso em: 06 mar 2025.

PEREIRA, Jeferson Botelho. Ruralização do crime organizado no Brasil – impactos nefastos para o agronegócio. *Blogmizuno*, 2022. Disponível em: <https://blog.editoramizuno.com.br/crime-organizado-no-agronegocio/>. Acesso em: 04 fev 2025.

PEREIRA, Marcos Severiano. Criminalidade nas áreas rurais: desafios e soluções. *Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 45–68, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rbedrpp/article/view/12134>. Acesso em: 29 mar 2025.

PEROVANO, D. G. Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social. Curitiba, *Editora Juruá*, 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. *Universidade FEEVALE*. Novo Hamburgo, RS, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico2-edicao>. Acesso em: 04 mar 2025.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fátima Faria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Josely Alves dos. Metaanálise como método para desenvolver pesquisas científicas. *Cadernos da Fucamp*. v.20, n.48, p.77-91/202. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2563>. Acesso em: 04 fev 2025.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB). *VBP Agropecuário do Paraná cresce 11% em 2023 e alcança R\$ 197,8 bilhões*. 19 jun. 2024. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/VBP-Agropecuario-do-Parana-cresce-11-em-2023-e-alcanca-R-1978-bilhoes>. Acesso em: 27 mar 2025.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB). *Segmento agropecuário foi responsável por 70% da exportação paranaense em 2023*. 01 jan. 2024. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Segmento-agropecuario-foi-responsavel-por-70-da-exportacao-paranaense-em-2023>. Acesso em: 27 mar 2025.

SILVA, Samuel Ribeiro da. A implementação do Conselho Comunitário de Segurança Rural: desenvolvimento institucional e otimização na salvaguarda dos habitantes rurais. *Estudos em Ciências Sociais*, *Editor Ednilson Souza*, v. 6, p. 29-51, 28 jan. 2025. Disponível em: <https://encr.pw/QpJMf>. Acesso em: 27 mar 2025.

VICENTE, Leandro Batista; SILVA, Tibério Carlos da; SOARES, Wanderson Thomaz. Considerações acerca do patrulhamento rural: a necessidade de implantação de um policiamento específico no estado do Rio de Janeiro, a partir do projeto piloto do programa patrulha rural – protetores do campo no município de São Francisco de Itabapoana. *VIGILANTIS SEMPER - Revista Científica de Segurança Pública* [S. l.], v. 3, n. 04, p. 32 – 43, 2023. Disponível em: <https://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/92>. Acesso em: 03 dez 2025.